

**CEDEPLAR/FACE/UFMG**

**XVII Seminário sobre a Economia Mineira**

**Diamantina, MG**

**29/08-03/09/2016**

**Usos sociais de um artefato tecnológico na nova capital mineira:  
o telefone em Belo Horizonte, 1894-1912.**

James William Goodwin Junior  
CEFET-MG

**Resumo:**

A proposta deste trabalho é investigar o sistema telefônico na nova capital mineira, a qual nasceu associada ao discurso do progresso e do desenvolvimento, entre 1895 e 1912, período que vai da instalação dos primeiros telefones na cidade até o arrendamento do sistema a uma empresa privada. A abordagem proposta considera a tecnologia como construção social, buscando indícios que permitam compreender como um artefato oriundo de outros contextos socioculturais foi recebido, utilizado e ressignificado na nova capital que se construía nas Minas Gerais. A base documental é variada, incluindo relatórios administrativos, coleções legislativas, obras históricas e periódicos produzidos no período.

**Palavras-chave:** Telefone; Belo Horizonte; Primeira República; Anúncios; Tecnologia e Sociedade.

**Área Temática: 1. História Econômica e Demografia Histórica**

## Uso social de um artefato tecnológico na nova capital mineira: O telefone em Belo Horizonte, 1894-1926.

### I – Introdução

O período que se estende pela segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX tem sido descrito, em obras dos mais variados perfis, como dos intensos em transformações na vida humana. Esta época foi marcada pelos efeitos da chamada Segunda Revolução Industrial, com suas novas fontes de energia, máquinas mais eficientes e aplicadas a um maior conjunto de operações; pela expansão imperialista das potências europeias e dos EUA, efetivamente criando um sistema mundializado de comunicação, transporte, comércio, valores e hábitos; pela consolidação de um modo de edificar, planejar viver e compreender a cidade burguesa, industrializada, que resultou na chamada *Belle Époque* francesa, emulada em diversas partes do mundo. Marshall Berman, em sua clássica obra (1986), propôs identificar como essa maneira de ver o mundo permeou a produção literária, e a importância que o espaço urbano recebeu como lugar para pensar o período. Diversos autores, aliás, consideraram a cidade/espaço urbano como o ambiente em que ocorre uma condensação das experiências/vivências da modernidade.

Essa modernidade poderia ser traduzida na ideia de *Progresso*, que funcionava como uma espécie de palavra-chave, conceito-síntese, que norteava tanto as decisões práticas quanto os esforços interpretativos e avaliativos das elites cultas. E mesmo, por força dos mecanismos de difusão cultural, de membros das classes menos favorecidas – em alguns casos, até se transformando em elemento de crítica e de esperança de mudanças, como no famoso Manifesto do Partido Comunista, redigido por Marx e Engels em 1848.

Por suas características materiais e simbólicas, os artefatos tecnológicos assumiram um papel preponderante na identificação e representação do “espírito da época”. Identificados como os “sinais visíveis da civilização” (GOODWIN, 2015), sua presença atestava a participação e inclusão num mundo mais amplo, mais moderno, mais eficiente. Especialmente em sociedades de baixa industrialização, adquiriram um sentido quase mágico, na medida em que, muitas vezes, não estavam integrados a um sistema que efetivamente alterasse a composição tradicional das comunidades, quer econômica, quer socialmente.

A historiografia tem elaborado, numa associação que hoje podemos chamar de clássica, a relação entre o conceito de progresso e alguns artefatos tecnológicos. A ferrovia, talvez, seja o exemplo mais acabado e trabalho de como a tecnologia modificou, não apenas as possibilidades de transporte e comunicação, mas a própria maneira de ver o mundo (e.g. HARDMAN, 2005; SCHIVELBUSCH, 1986). Também a energia elétrica, especialmente a iluminação e as mudanças de hábitos por ela propiciada, tem sido objeto de diversas análises históricas (e.g. NYE, 1990; SCHIVELBUSCH, 1995). Outros artefatos foram explorados em seus efeitos sociais, como o cinema (CHARNEY, SCHWARTZ, 2004; KIRBY, 1997), o ar condicionado (BASILE, 2014) e até alguns menos óbvios, como o arame farpado (RAZAC, 2000).

O telefone, quando surgiu, foi saudado como parte desse conjunto de maravilhas que iria transformar, para melhor, a vida em sociedade. Todavia, a transformação daquela invenção num sistema funcional e economicamente viável exigiu grandes

esforços (cf. FISCHER, 1992, cap. 2). Apesar dessa dificuldade inicial, ou, talvez, como prova de seus ótimos resultados, o telefone logo foi assimilado à normalidade, passando a fazer parte das “coisas banais” do cotidiano, dos muitos “trechos, troços e coisas” (MILLER, 2013) a comporem a cultura material da sociedade burguesa industrial – ou daquelas que buscavam emulá-la. Nas palavras de um entusiasta da indústria telefônica,

Tão inteiramente tem o telefone superado o ridículo com o qual, muitas pessoas não de bem lembrar, foi ele recebido originalmente, que hoje é considerado, na maioria dos lugares, como algo dado, como se fosse parte dos fenômenos naturais deste planeta. (CASSON, 2006, p. 7 – tradução minha)

A proposta deste artigo, então, é investigar a implantação do sistema telefônico na nova capital mineira, que nasceu associada ao discurso do progresso e do desenvolvimento, como já bem trabalhado pela historiografia (ver, e.g. DUTRA, 1996; VARIA HISTORIA, 1997). O recorte temporal vai de 1895 a 1912, período durante o qual houve a instalação dos primeiros telefones na cidade ainda em construção, e que se encerra com o arrendamento do sistema instalado a uma companhia telefônica privada, modificando várias de suas características. O que se busca não é, para usar uma expressão clássica, o “impacto” dessa tecnologia sobre a sociedade, como se o telefone (ou qualquer outro artefato) fosse uma força externa à sociedade e sobre ela exercesse uma força transformadora (FISCHER, p. 8-12). A abordagem proposta considera a tecnologia como construção social, buscando indícios que permitam compreender como um artefato oriundo de outros países e contextos socioculturais foi recebido, utilizado e ressignificado na nova capital que se construía nas Minas Gerais. A base documental desta pesquisa é variada, incluindo documentos oficiais, como relatórios administrativos e coleções legislativas, obras históricas e periódicos produzidos no período.

## **II – A expansão da nova tecnologia: o telefone**

O telefone resultou de um processo de invenção multifacetado: não apenas vários foram os cientistas e curiosos a trabalhar com a ideia da transmissão elétrica da voz, como esta esteve associada a diferentes tecnologias, especialmente ao telégrafo. Como afirma Herbert Casson em sua apologética história do telefone, “nenhuma descoberta jamais foi menos acidental” (CASSON, p. 11). Desde as primeiras décadas do século XIX algumas ideias e experiências estavam sendo apresentadas em relação à transmissão da voz. O próprio Alexandre Graham Bell estudou as leis da fala, os princípios elétricos e as possibilidades práticas durante anos, até que obteve um resultado satisfatório. Também Elisha Gray desenvolveu uma técnica semelhante; a história de como Bell depositou sua patente em 7 de março de 1876, apenas algumas horas antes de Gray, tornou-se famosa já à época dos acontecimentos (SMIL, 2005, p. 227-228).<sup>1</sup> Em 2002, o Congresso dos Estados Unidos reconheceu que Antonio Meucci, um imigrante italiano, havia registrado um anúncio de invenção para um telefone em 1871. Meucci não deu prosseguimento ao processo por falta de recursos financeiros e dificuldades com a língua inglesa.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> O documento de patente pode ser visto em <https://research.archives.gov/id/302052>.

<sup>2</sup> Cf. <https://www.congress.gov/bill/107th-congress/house-resolution/269/text>.

Inicialmente, o telefone apresentado por Alexandre Graham Bell encontrou recepção favorável. Ele e seus associados promoveram diversos eventos pelos EUA, procurando demonstrar a eficácia do telefone: “Muitas vezes eles revelavam o aparelho em extravagantes demonstrações, geralmente envolvendo a transmissão de música e discursos de um lugar para uma audiência em outro” (FISCHER, p. 61 – tradução minha). Talvez a mais famosa, e certamente a de maior significado para o Brasil, foi a participação na Feira do Centenário da Independência, realizada em 1876, na qual D. Pedro II, imperador do Brasil, fez uso do aparelho, ficando impressionado (BERTHOLD, 1922, p. 44).

Todavia, essa recepção inicial não foi unânime. Cientistas e meios de comunicação também desqualificaram a invenção, indo desde a acusação de fraude à consideração de que o aparelho era inútil, sendo, no máximo, um brinquedo interessante (CASSON, p. 29-30). Ainda assim, superando diversos obstáculos, a empresa fundada por Alexandre Graham Bell e sócios conseguiu transformar o telefone num negócio rentável e em franca expansão, por meio do monopólio das patentes e equipamentos e a concessão de franquias e licenças aos interessados. A poderosa empresa de telégrafos Western Union – única corporação efetivamente nacional à época – passou a comercializar aparelhos telefônicos desenvolvidos por Thomas Edison e Elisha Gray, mas perdeu o processo por quebra de patentes para a empresa de Bell em 1879 (CASSON, p. 53-57; FISCHER, p. 37). As muitas disputas em torno das patentes geraram o que Herbert Casson definiu como “a mais custosa e persistente Guerra de Patentes que qualquer nação jamais conheceu, continuando por onze anos e compreendendo seiscentos processos” (CASSON, p. 53 – tradução minha). A vitória contra a gigantesca empresa nacional de telégrafos, porém, transformou a imagem da incipiente empresa telefônica:

A Bell Telephone tomou seu lugar junto ao Telégrafo, à Ferrovia, ao Navio a Vapor, à Colheitadeira, e às outras necessidades de um país civilizado. [...] Após cinco meses da assinatura do acordo, precisou haver uma reorganização; e a American Bell Telephone Company foi criada, com seis milhões de dólares de capital. (CASSON, p. 57 – tradução minha)

As principais patentes depositadas por Alexandre Graham Bell nos EUA expiraram em 1893, possibilitando o surgimento de várias empresas telefônicas independentes, em diversas áreas daquele país (FISCHER, p. 42-43). Também na Europa os negócios ligados à implantação de linhas, aparelhos e a oferta de serviços telefônicos floresceu. Grande parte dessas empresas eram resultado de iniciativas privadas em nível municipal.

No Brasil, o início da telefonia também se deu por iniciativa privada. Em 1877, o primeiro telefone foi construído nas oficinas da Western and Brazilian Telegraph Company, no Rio de Janeiro. No mesmo ano a empresa Rodde & Cia. estabeleceu uma linha telefônica entre seu escritório e a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BERTHOLD, p. 51). Também em 1877, o Imperador D. Pedro II mandou instalar uma linha telefônica ligando o Palácio da Quinta da Boa Vista às residências de seus ministros (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA, 2010). Em 1879, foi instalada uma linha telefônica entre os quartéis da polícia e dos bombeiros, e o governo imperial concedeu a primeira concessão para uso comercial do telefone, em 15 de novembro, a um empreendedor estadunidense – que parece não a ter utilizado (BERTHOLD, p. 44, 51). O modelo se espalhou, com a constituição de empresas concessionárias, privadas, que assumiram a instalação e administração

dos sistemas telefônicos em diversas cidades. A pioneira nessa empreitada foi a Telephone Company of Brazil, depois renomeada Companhia Telephonica do Brazil, criada em 1880 por Theodore N. Vail, o homem por trás da transformação da Bell Telephone num gigante empresarial. Esta empresa obteve concessões para atuar na capital do Império no ano seguinte (BERTHOLD, p. 53-4). Outra empresa digna de nota foi a Brazilianische Electricitats-Gessellschaft, formada pela associação da alemã Siemens & Halske Aktien-Gessellschaft com Alberto Freund & Cia, a qual assumiu o contrato com o município do Rio de Janeiro em 1897 (BERTHOLD, p. 59).

A implantação da telefonia em Minas Gerais também foi capitaneada pela iniciativa privada. A primeira cidade mineira a contar com o sistema telefônico foi a rica “Princesa de Minas”, Juiz de Fora. Em agosto de 1883 o principal jornal local passou a publicar o anúncio da Companhia Telephonica do Brazil (*O Pharol*, 27.ago.1883). Pouco mais de um mês depois, saudou a realização de uma experiência de ligação com a estação de Engenho Novo, na capital imperial:

*Juiz de Fora, sempre ao lado de suas irmãs, compartilhará em pouco tempo de mais esse progresso. Parabéns, pois. [...] cremos que a empresa telefônica vem realizar aqui uma ideia de progresso, necessária à vida de qualquer população. (O Pharol, 04.set.1883)*

Apresentada como confirmação do caráter progressista e civilizado da cidade, a instalação do telefone em Juiz de Fora foi, também, motivo de críticas à mentalidade atrasada de alguns proprietários locais, que se recusavam a permitir a instalação de postes telefônicos devido à notícia de que estes eram os responsáveis pelo aumento de relâmpagos registrados nas chuvas de verão daquele ano. Apesar de todos os percalços, o sistema telefônico foi inaugurado em fevereiro de 1884 (GOODWIN, p. 137). Em 1886, na capital provincial, Ouro Preto, o empresário francês R. Joyeux estabeleceu a ligação telefônica entre o Palácio Presidencial e algumas repartições do governo, bem como passou a oferecer o serviço a residências particulares (VEIGA, 1998, p. 669). Outras cidades mineiras também implantaram o sistema de telefonia via concessão a empresas privadas. Na nova capital que se planejava para Minas Gerais, porém, a história seria diferente.

### **III.O sistema telefônico da nova capital: 1854-1912**

A Cidade de Minas, primeira designação da nova capital, representou uma demonstração de força e pujança do novo estado criado sob o regime republicano de 1889, e também de seu compromisso com o progresso e a racionalidade cientificista. Tal concepção se revelava nos discursos sobre a nova cidade, mas, principalmente, na própria concepção e condução de sua materialização:

Concretamente, o urbanismo reduzia os problemas da cidade ao âmbito da aplicação de técnicas e saberes supostamente neutros e divorciados de determinações políticas, ao mesmo tempo em que procurava assumir para si o papel de auxiliar na construção de uma nova ordem pública. Pode-se dizer que a Comissão Construtora teve uma atuação fiel aos “mandamentos” urbanísticos consagrados na Europa. [...] O engenheiro-chefe contava, para tanto, com amplos poderes: além de responsável pelo planejamento e construção da cidade, estava a seu encargo a condução administrativa das obras (JULIÃO, 1996, p. 55)

A nova capital nasceu, assim, sob a égide de um corpo técnico imbuído de poderes para definir os rumos da cidade, tanto em termos do projeto e da obra – planta da cidade, zoneamento urbano, definição dos parâmetros de construção e moradia etc. – quanto no gerenciamento do cotidiano urbano durante o período de

seu mandato. Assim, ao contrário do que ocorria em outras áreas urbanas de Minas Gerais e do país, na nova capital mineira o Estado era o principal agente econômico, gerando demanda e desempenhando um forte papel interventor. Isso iria se refletir, por exemplo, na implantação do sistema telefônico da cidade e, posteriormente, em sua administração.

O sistema telefônico da nova capital surgiu, originalmente, como resposta às necessidades de funcionamento da Comissão Construtora. Na ordem de serviço nº 53, expedida a 4 de outubro de 1894, o Engenheiro-Chefe, Aarão Reis, comunica aos “Srs. Drs. Chefes de serviço” a instalação do serviço telefônico e estabelece regras e limites para seu uso.

Comunicando a V.S. achar-se instalado o serviço telefônico destinado a pôr em rápida comunicação a qualquer hora do dia ou da noite os escritórios e residências das divisões, entre si, com a Secretaria, o Almojarifado, a minha residência; e, bem assim, com a Delegacia de Polícia, - dou por muito recomendado que não se permita o uso dos respectivos aparelhos senão para objeto de serviço e em casos urgentes e necessários; e espero que nunca terei motivo para aplicar penas aos empregados que, por abuso intolerável, se utilizarem de tais aparelhos para dirigir gracejos, ou se entretiverem sobre assunto alheio ao serviço desta Comissão. Fica absolutamente vedado o uso dos mesmos aparelhos a quaisquer pessoas estranhas à Comissão. (Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital De Minas – MHAB 244 / CC Da 13/005)<sup>3</sup>

Aarão Reis se caracterizava “por uma curiosidade intelectual ilimitada”; em seus pareceres técnicos e outros escritos, “a profusão e a atualidade das referências citadas, em todos os seus textos, denotam uma erudição sem fronteiras” (SALGUEIRO, 1997, p.23, 31). Não espanta, portanto, que sua compreensão da finalidade e uso do telefone estivesse em sintonia com a visão corrente na terra de origem do equipamento:

Por meio século, a indústria telefônica dependeu basicamente de uma razão para motivar as pessoas a colocar telefones em suas casas: a praticidade. O telefone ajudaria as pessoas a melhor gerenciar os negócios domésticos e a lidar com emergências. [...] Os anúncios de telefone raramente sugeriam estabelecer uma conversa que não fosse de negócios. (FISCHER, p. 75)

O telefone, portanto, foi implantado em Belo Horizonte tendo como principal razão de ser o atendimento às necessidades de comunicação dos negócios da Comissão Construtora e a possibilidade de emergências a serem atendidas.

Para atender exclusivamente às necessidades da Comissão, tinha-se montado um serviço telefônico, composto de um centro de 20 linhas do Sistema William, ligando entre si os diversos escritórios e casas de residência dos chefes de divisão, polícia e estações de Minas e General Carneiro. (BARRETO, 1995, p. 444)

O aparelhamento do serviço telefônico implicava na aquisição de diversos tipos de material. Foram localizadas algumas notas fiscais emitidas pela empresa de Eletricidade León Rodde & Cia. em 1896, com sede no Rio de Janeiro, cujo papel timbrado exibia imagens de pilhas Leclanché e genuínos telefones, além de anunciar-se agente das “Machinas Dynamo Thury” e da Western Electric Company. Há também notas fiscais emitidas em 1897 pela Electro Propaganda A. R. Chaves, que atuava nos ramos da telefonia, eletricidade e telegrafia, também

---

<sup>3</sup> O “Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas” está fisicamente distribuído por três instituições diferentes: APCBH – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte; APM – Arquivo Público Mineiro; MHAB – Museu Histórico Abílio Barreto. Há um sítio eletrônico que agrega todo o acervo digitalizado, disponível em <http://comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Em cada citação será incluída, também, a instituição que guarda o documento físico e seus dados de localização.

sediada na capital federal. Nestas notas fiscais estão listados diversos itens comprados para a instalação do serviço telefônico na nova capital. Por exemplo, na fatura do pedido nº 22, de 11 de março de 1896, discriminam-se 10 Km de fio de cobre para linha telefônica, ao preço de 3\$600 o quilômetro, num total de 360\$000; 15 isoladores de porcelana de pé virado, com parafusos para postes de madeira, perfazendo 375\$000. A nota fiscal datada de 26 de maio de 1896 inclui 6 aparelhos telefônicos Bell Black, custando 690\$000, e dois aparelhos telefônicos Erickson, com custo de 270\$000. Há ainda alicates para cortar, fios isolados franceses, fios isolados americanos, isoladores com rosca para madeira e tenazes para esticar fios, entre outras coisas. Na nota emitida em 30 de março de 1897, há mais 2 aparelhos telefônicos Bell, ao custo individual de 125\$000, e dois aparelhos Erickson de mesa, ao custo individual de 150\$000, além de uma estação de 3 linhas, custando 100\$000 (Faturas de compras de aparelhos e acessórios para telefonia. Rio de Janeiro, de 18/03//1896 a 30/03/1897. Notação AI.01.02.02 – 139. APCBH).<sup>4</sup>

Além dos investimentos em equipamentos, porém, havia a questão do pessoal. Em memorando datado de 18 de maio de 1897, o contador férreo reclama ao chefe da Divisão de Viação Férrea e Eletricidade, justamente, sobre irregularidades no funcionamento do serviço telefônico:

Peço-vos providências para que o Centro Telefônico cumpra o seu dever, esteja de manhã a postos para dar licença aos trens LU1 e LV1, que partem de Minas às 5h40 e 5h30 [...]” (Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital De Minas – APCBH 297 / AI.01.03.04 – 297)

A implementação do sistema telefônico enfrentou dificuldades também de ordem financeira. Em carta datada de 6 de agosto de 1897, León Rodde, da já mencionada empresa de eletricidade no Rio de Janeiro, comunicava ao Engenheiro-Chefe da Comissão Construtora que

não encontramos empregado nenhum que quisesse fazer a instalação telefônica aí por menos de 10\$000 diários. Como o preço combinado com o nosso sócio, Sr. León Rodde fosse menor, aguardamos a sua resolução a esse respeito e logo que a tivermos recebido mandaremos junto com a pessoa que para aí for todas as notas e desenhos explicativos para o serviço telefônico. Aproveitamos a ocasião para rogar a V. S<sup>a</sup> o favor de nos dizer se recebeu todo o material de seus pedidos.

No canto inferior da mesma carta, Aarão Reis anotou sua resposta: “Responda-se que mandarei esticar as linhas e assentar os aparelhos pelo operário electricista Rufino Coelho, ao qual deverão os Srs. L.R. & Cia. dar suas explicações e notas.” (Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital De Minas – APCBH 209 / AI.01.03.01-209).

Em 25 de novembro de 1897, a menos de um mês da inauguração da nova capital, o secretário da Agricultura encaminhava ao engenheiro-chefe um ofício, pedindo “as devidas providências a fim de que sejam assentados nesta Secretaria os aparelhos telefônicos que vieram de Ouro Preto e ligados à estação central respectiva”. No rascunho do registro, encontra-se riscada a observação: “anotando que esta Repartição possui os aparelhos” (Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital De Minas – APM 058 / AS-119, pág. 355).

---

<sup>4</sup> Quando da redação deste artigo, o *link* para essas notas fiscais no sítio eletrônico do Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas estava com problemas. Foram consultados os arquivos físicos no APCBH.

Apesar dos problemas, a implantação do sistema telefônico na nova capital gerou a demanda pela extensão do serviço às residências particulares, o que exigiu novos investimentos por parte da Comissão Construtora.

A instâncias de muitos particulares que desejavam gozar de semelhante serviço, mediante pagamento de mensalidades, encomendou a Comissão outro centro para 50 linhas, que foi assentado em fins de 1895. O centro telefônico primitivo funcionava em um cômodo anexo ao escritório central da Comissão Construtora, sendo depois transferido para um pequeno prédio de cimento armado que o engenheiro chefe mandara construir por experiência à Rua do Rosário e que hoje ficaria situado entre as ruas Guajajaras, Sergipe, Timbiras e Avenida João Pinheiro. Era encarregado do centro telefônico o Sr. Carlos Lynch, que aí permaneceu até depois de mudada a capital. (BARRETO, 1995, p. 444)<sup>5</sup>

Este novo centro telefônico foi incorporado à rotina burocrática da Comissão Construtora. Abílio Barreto coligiu várias informações do Relatório apresentado pelo Engenheiro-Chefe ao Estado de Minas Gerais, por ocasião do pedido de demissão de Aarão Reis. Ao apresentar o movimento de receita da Comissão Construtora da Nova Capital do Estado de Minas Gerais no período de 22 de fevereiro de 1894 a 31 de dezembro de 1896, o autor inclui a importância obtida com a instalação de telefones em casas particulares para três meses: em julho, 497\$000; em setembro, 370\$000; e em dezembro, 109\$360, totalizando 976\$510. Não há informações quanto ao número de telefones que esses valores representam. Mas, no registro das despesas gerais, lavrado em 30 de janeiro de 1897, há a anotação de 4:730\$522 destinados a postes telefônicos. No quadro de despesas que o autor elabora “a partir do Relatório do secretário de Agricultura ao Sr. Presidente do Estado e dos créditos votados para a obra da cidade”, a despesa com “Telefone” chegou a 16:834\$057, sendo que a receita com o mesmo item acumulou apenas 3:926\$030 (BARRETO, 1995, p. 710, 713-14). Fica evidente que não há uma preocupação em atender à lógica comercial, até porque a primeira finalidade do serviço telefônico na nova capital de Minas era, como já foi exposto, atender às necessidades de funcionamento das instâncias administrativas do governo local e estadual. A expansão do serviço a particulares, e a conseqüente renda adquirida, poderiam ser vistos como bônus derivados do intento original.

Mas havia aqueles que enxergavam o potencial mercado que se abria na capital. Em setembro de 1897 R. Joyeux, “eletricista e proprietário da empresa telefônica em Ouro Preto”, solicitou à Câmara dos Deputados do Estado de Minas Gerais “o privilégio telefônico pelo prazo de 25 anos, sem ônus para o Estado, em Belo Horizonte”. O peticionário oferecia “ao Governo, tão logo se estabeleça a Empresa, 20 por cento de abatimento das condições das assinaturas e de 50 por cento logo que tiver 200 assinantes”. E acrescentava:

Não posso oferecer mais vantagens senão a continuação do bom serviço telefônico que a muito custo consegui organizar, sem subvenção alguma, tanto pelo Governo como pelos particulares e a satisfação geral em Ouro Preto. [...] Pois humildemente venho requerer a

---

<sup>5</sup> A Pasta 54(B) – Telefone, no APCBH, contém um manuscrito não identificado, que apresenta este texto em versão quase igual ao publicado por Abílio Barreto. Nele afirma-se que o “Anuário de Belo Horizonte, ano de 1953” foi a fonte de algumas das informações; e ao final, é acrescentada esta informação sobre a inauguração da capital: “quando aquele serviço foi mudado para a casinha então construída na praça da República (depois Afonso Arinos), atrás da Faculdade de Direito”. O *Anuário Histórico-Chorographico de Minas Geraes* para o ano de 1907 localiza o Centro Telefônico da Capital “no cruzamento da rua Guajajaras [com] avenida Álvares Cabral”, o que poderia corresponder à localização proposta no documento.



recompensa do pouco que fiz e do demais que me será possível em bem ao progresso deste tão hospitaleiro Estado de Minas.

A petição foi encaminhada à Comissão Construtora em 17 de setembro de 1897 pelo Secretário de Agricultura, Francisco Salles: “referindo-se o pedido à instalação de um serviço na nova capital, vô-lo transmito para que presteis vosso parecer a respeito” (Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital De Minas – MHAB 230 / CC Da 11/140).

Joyeux não iria receber sua recompensa. Embora não tenha sido localizado um parecer da Comissão Construtora ou alguma resposta ao peticionário; talvez tenha se perdido no processo de encerramento do mandato da Comissão Construtora, encerrado com a inauguração da nova capital. Os desdobramentos posteriores, porém, indicam que seu pedido não obteve sucesso. Em 26 de maio de 1900 foi promulgado o Decreto nº 1383, aprovando “o regulamento para o serviço de eletricidade e telefones da Cidade de Minas”. No título III, Capítulo VII – Do Serviço Telefônico, o artigo 37 determinava que “todo o serviço telefônico da cidade de Minas pertence única e exclusivamente à Prefeitura”. E estabelecia regras para o funcionamento do sistema telefônico local: quanto aos aparelhos, seu fornecimento e manutenção corriam por conta dos particulares, os quais poderiam, inclusive, realizar a própria ligação, desde que previamente autorizados pela Prefeitura (Art. 38-40). As instalações cujas taxas mensais fossem pagas adiantadamente receberiam desconto (Art. 45). Quanto à equipe de pessoal, estaria sob a direção do engenheiro auxiliar da Prefeitura, e seria composta por 1 telefonista, 1 ajudante, 1 consertador de aparelhos e 1 guarda-fios (Art. 44). A pequena dimensão da equipe conflitava com a responsabilidade prevista no artigo anterior: “haverá sempre, quer de dia, quer de noite, um telefonista no centro telefônico para atender a qualquer chamado” (Art. 43) – a falha em atender a este artigo, como já vimos, era motivo de reclamação dos setores que dependiam do serviço telefônico em horários diferenciados. (*Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1899*). O próprio prefeito responsável pela aplicação do regulamento, Bernardo Pinto Monteiro, reconheceu a necessidade de alterar a organização proposta:

Durante a minha administração verifiquei a impossibilidade de serem os diversos serviços técnicos da cidade dirigidos por um só engenheiro, que, na qualidade de chefe da respectiva diretoria, teria de dar audiências ao público, falar em todos os requerimentos, fiscalizar pessoalmente todos os serviços e confeccionar ainda orçamentos. Tornava-se materialmente impossível serem por ele cumpridos os seus deveres, por isso deliberei, dividir os serviços aludidos em duas diretorias, ficando uma com os serviços de águas, esgotos, canais, eletricidade, telefonia, viação elétrica e conservação de mananciais e a outra com os de obras, construções, arborização, parque, almoxarifado, ruas, lotes, pedreiras, estradas, estatística, veículos, conservação de matas, logradouros públicos e tombamento. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro de 1899 – 31 de agosto de 1902, p. 7*)<sup>6</sup>

Como parte da organização administrativa proposta por Bernardo Monteiro, o orçamento aprovado para o exercício de 1901 destinava 5:340\$000 para despesa com o pagamento da equipe do serviço telefônico, reorganizada em sua

---

<sup>6</sup> Os relatórios apresentados pelos prefeitos ao Conselho Deliberativo da nova capital estão sob a guarda do APCBH. Sua versão digitalizada encontra-se disponível em [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=6762&lang=pt\\_BR&pg=5520&taxp=0&/pbh/contents.do?evento=conteudo&lang=&idConteudo=24192&chPlc=24192](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=6762&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0&/pbh/contents.do?evento=conteudo&lang=&idConteudo=24192&chPlc=24192)

composição: 1 encarregado, com vencimento anual de 1:920\$000; 1 ajudante, recebendo 1:320\$000; 1 guarda-fios, perfazendo 1:100\$000; e 1 praticante, a quem se destinavam 900\$000 (Lei nº 4, de 4 de outubro de 1900. *Collecção de Leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte* (De 1900 a 1911: Ns. 1 a 53), p. 20ss).

Pela documentação localizada, parece que somente em 1910 foi proposta uma solução definitiva para o funcionamento do centro telefônico, com a inclusão no orçamento de uma reforma geral: “o pessoal foi acrescido de quatro (4) senhoras que farão o trabalho diurno e dois empregados que faziam todo o serviço anteriormente trabalharão somente à noite. Por esse modo a rede telefônica funcionará continuamente a qualquer hora do dia ou da noite” (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo com o projeto de orçamento para 1911 pelo prefeito Dr. Olyntho Meirelles* em novembro de 1910, p.5). A escolha de “senhoras” para operar o centro telefônico segue o padrão estabelecido nos EUA e na Europa, onde mulheres eram consideradas boas opções para o trabalho de telefonista, devido às concepções que vinculavam o sexo feminino à oralidade e ao gosto pela conversa, ainda que isso trouxesse preocupações quanto à sua virtude e curiosidade (MARVIN, 1988, p.26-31).<sup>7</sup>

Na linha do comunicado de Aarão Reis citado acima, havia grande preocupação em disciplinar o comportamento dos funcionários face ao telefone. Especialmente quando se tratava do pessoal que atendia ao centro telefônico, já que uma de suas funções era acompanhar a conversa, a fim de garantir que as ligações não fossem interrompidas indevidamente. Assim, o artigo 41 garantia que apenas a equipe tivesse acesso aos equipamentos, tornando “expressamente proibido o ingresso de pessoas estranhas ao serviço na sala de aparelhos do serviço telefônico”. E o artigo 42 estabelecia claramente que “os empregados do centro telefônico são obrigados a guardar absoluto segredo sobre as conversações havidas nos aparelhos, sob pena de demissão” (*Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1899*, p.346-47).

O funcionamento do sistema telefônico apresentou diversos problemas, tanto técnicos quanto operacionais. Um dos principais desafios era a estrutura física necessária à extensão do sistema pela cidade, pela precariedade dos postes e os problemas práticos referentes à instalação dos fios. O prefeito Bernardo Pinto Monteiro também teve que enfrentar essa questão:

Procurei dar grande desenvolvimento à linha telefônica, que em uma cidade, como esta, de distâncias enormíssimas, constitui uma necessidade imprescindível. De 29 elevei o seu número de aparelhos a 97, para o que foram assentados 100 quilômetros de linha, e substituídos postes de madeira por outros de trilhos. As linhas ressentem-se de pequenos defeitos, que serão, com vagar, corrigidos. Atendendo à afluência de assinantes, preciso adquirir um novo centro, que deve custar cerca de 4:000\$000. (*Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas*. Apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo Prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro, p. 31)

Característica constante desse processo é a necessidade de aquisição de novos centros telefônicos, que permitissem a conexão de um maior número de linhas. O

---

<sup>7</sup> O papel das mulheres como telefonistas permaneceu em destaque por muito tempo. Em um artigo publicado em 1937, a *National Geographic Magazine* deu grande destaque, principalmente nas imagens, às telefonistas, apresentadas de forma edulcorada (COLTON, 1937). Claude Fischer argumenta que as mulheres foram, talvez, as grandes responsáveis pelas mudanças no uso social do telefone, de aparelho eminentemente prático a meio de sociabilidade (FISCHER, p. 235).

primeiro, instalado pela Comissão Construtora, tinha o limite de 20; como visto, a oferta do serviço a particulares exigiu a encomenda de outro, com capacidade para mais 50. Os centros telefônicos serão constantemente substituídos, visando a ampliação da oferta de linhas, como mostram os relatórios da 2ª Diretoria de Obras apresentados pelos prefeitos ao Conselho Deliberativo em 1903, 1906, 1908, 1910 e 1912.

Bernardo Pinto Monteiro referiu-se aos “pequenos defeitos” nas linhas telefônicas. No relatório em que fez um balanço geral de sua administração, de 1899 a 1902, ele ofereceu mais detalhes desse problema, que geravam

a interrupção do serviço de telefones, motivada pelas más condições em que se achavam as suas linhas. Instaladas provisoriamente pela Comissão Construtora, em postes baixos, e aumentando-se dia a dia em número, essas linhas apresentavam ultimamente contatos com os fios da luz, podendo esse fato dar lugar a sérios desastres. No correr do ano só uma vez tivemos interrompida a iluminação, por algumas horas, e isto mesmo devido a contato com as linhas telefônicas. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro de 1899 – 31 de agosto de 1902, p. 111*)

O relatório aventa o risco de acidentes devido à proximidade dos fios telefônicos e elétricos. Mais do que uma possibilidade, o texto fala de uma realidade: o incêndio ocorrido no Centro Telefônico em meados de 1902.

Estendidas essas linhas, em grande número sobre postes baixos e flexíveis, davam incessante trabalho para sua manutenção, devendo guardar a necessária distância dos cabos de luz e ultimamente de bondes. Não era mesmo difícil se desse algum desagradável acidente, porquanto os frequentes contatos poderiam determinar a morte de qualquer indivíduo que tocasse num aparelho. Felizmente, em lugar de caso tão desagradável, o último contato determinou um começo de incêndio, na estação central, inflamando as substâncias isolantes de uma série de fios. O incêndio foi prontamente abafado e, por deliberação vossa [do prefeito], foi desde logo suspenso o serviço, para ser de novo instalado, com a brevidade possível, mas com segurança e garantia precisas. Aproveitada a oportunidade para a alteração e melhor disposição dos aparelhos na estação central, estão já instalados e, dentro em breve, serão estendidas as linhas, não em postes bastante altos, como desejávamos, mas em postes adquiridos da E. de F. Central e outros de que poderemos aqui dispor, que serão adaptados e modificados, de modo a satisfazerem as necessidades. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro de 1899 – 31 de agosto de 1902, p. 126*)

Enfrentando a crise como uma oportunidade, a diretoria responsável pelos serviços telefônicos propunha-se a reorganizar toda a disposição dos equipamentos e os postes que sustentavam as linhas telefônicas. Não obstante, foi obrigada a reconhecer o efeito devastador do incêndio sobre o funcionamento do sistema na cidade: “atualmente funcionam apenas 20 linhas, ligadas aos edifícios públicos, que não apresentam os mesmos perigos, porque são poucas e distribuídas por diversas ruas”. Antes do incêndio, eram 117 os aparelhos em funcionamento, sendo que 57 haviam sido instalados recentemente (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro de 1899 – 31 de agosto de 1902, p. 127*).

Outro obstáculo ao bom funcionamento do sistema era a própria qualidade dos aparelhos telefônicos utilizados, como relatou o prefeito Benjamim Jacob:

Têm sido rigorosamente fiscalizadas as novas instalações de telefones, a fim de impedir a introdução de aparelhos ordinários na rede. Pelo sistema adotado pela Prefeitura, sistema, aliás, condenável, o aparelho é fornecido pelo assinante, e daí a tendência de instalar

aparelhos usados, algumas vezes imprestáveis. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1908*, p. 61-62)

Se não bastassem as deficiências próprias do sistema telefônico, o desenvolvimento da cidade trouxe ainda outros problemas ao seu funcionamento:

O funcionamento do serviço telefônico não é ainda irrepreensível, pois, frequentemente, se nota que o empregado da central não atende ao sinal de chamada; este fato, que ocorreu depois da inauguração do serviço de bondes, é atribuído a um desvio da corrente de retorno pelas más condições de condutibilidade dos trilhos, indo a corrente pelo solo pegar as linhas de terra dos aparelhos do centro, determinando a queda dos *drops*.<sup>8</sup> Esse defeito desaparecerá brevemente, pois vão ser melhoradas as ligações dos trilhos, que deverão ser reparados ou substituídos todos, dispensando talvez a duplicidade das linhas telefônicas. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 16 de setembro de 1903*. p.35-36)

Apesar do otimismo presente nesse texto, o problema persistiu por muitos anos. Em 1905 o prefeito relatou a instalação de um novo quadro no centro telefônico, bem como a substituição de parte dos equipamentos das linhas de transmissão elétrica dos bondes, o que gerou melhorias no sistema telefônico da cidade.

São mais frequentes, porém, as interrupções em épocas de trovoadas e isto porque sendo esse quadro mais apropriado para linhas duplas, de retorno metálico e tendo as bobinas dos *drops* ligadas à terra, constituídas de um fio extremamente fino, tornam-se essas bobinas de extrema sensibilidade às descargas atmosféricas. De tal modo, que nem os fusíveis de papel dourado empregados, podem evitar que se queimem com insignificante trovoadas, deixando o assinante desde logo isolado do Centro. Esse inconveniente, porém, tem sido corrigido, empregando-se no enrolamento dessas bobinas um fio mais grosso e à medida que esse vai sendo feito, são colhidos benéficos resultados. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905*, p. 44-45)

A questão do sistema de condução e isolamento elétrico teve outros impactos, “fazendo-se necessária a substituição do Centro Erickson, atualmente em serviço, por não se prestar ao sistema de retorno da corrente por terra, foi encomendado um Centro Kellog, que satisfaz essa exigência” (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Belo Horizonte pelo Prefeito Interino Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada*. Em setembro de 1906, p.27). No ano seguinte os problemas entre a fiação telefônica e o fornecimento de energia aos bondes continuaram a atormentar a diretoria responsável:

O serviço de telefones ressentia-se do sistema adotado de linha com volta de terra, o que absolutamente não é recomendável em lugares onde há viação elétrica usando também volta de terra. Pretendo estabelecer retorno metálico comum, quando fizer a instalação da rede em postes separados, o que melhorará consideravelmente o serviço. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Jacob em 23 de setembro de 1907*, p. 51)

Apenas em 1909 foram instalados postes de 15 metros de altura, “destinados à separação das redes de telefones das redes de luz e bondes, dependendo o início do serviço da chegada de materiais encomendados” (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamin Brandão*. Em janeiro de 1910, sobre assumptos referentes ao ano decorrido de agosto de 1908 a setembro de 1909, p.44). E, em 1911, foi resolvido o problema dos *drops*:

---

<sup>8</sup>O *drops*, nesse caso, refere-se aos cabos e fios que realizavam a ligação entre a fiação nos postes e o centro telefônico (ver [https://en.wikipedia.org/wiki/Drop\\_%28telecommunication%29](https://en.wikipedia.org/wiki/Drop_%28telecommunication%29)).

Sofreram uma reforma completa, tanto o edifício onde funciona o Centro, como os aparelhos centrais e linhas. Na torre, onde se fez a entrada destas, estão colocados fusíveis protetores para correntes de alta tensão e para-raios, em cada uma das linhas. (Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo com o projeto de orçamento para 1911 pelo prefeito Dr. Olyntho Deoadato dos Reis Meirelles, p. 49)

Apesar dos constantes problemas de pessoal, de equipamento e de instalação e fornecimento de energia elétrica, o sistema telefônico da nova capital mineira vivenciou um processo de expansão quase permanente. A partir das informações disponíveis em diferentes documentos, foi elaborado o quadro abaixo, mostrando o número de telefones em funcionamento na nova capital em determinado ano e algumas informações extras disponíveis, relativas à ampliação e melhoramento do sistema. Para efeito de comparação, são apresentadas algumas informações disponíveis sobre o sistema telefônico na capital federal para o período de 1906 a 1912.

QUADRO 1 – Expansão do sistema telefônico na nova capital, 1899-1912

Ano	Nº telefones	Obs.	Rio de Janeiro	
			Nº tel.	Km linhas
1895	20	Novo centro encomendado para mais 50 conexões.	----	----
1899	29		----	----
1900	97	100 Km de linhas; compra novo centro telefônico.	----	----
1902	Julho: 117	Antes do incêndio no centro telefônico.	----	----
	Agosto: 20	Após o incêndio no centro telefônico.	----	----
1903	120	Novo quadro encomendado para mais 200 conexões.	----	----
1905	126		----	----
1906	126	Ligação com mina de Morro Velho; substituição do centro Erickson por um Kellog, encomendado.	2000	----
1907	125	Mais 27 telefones da Prefeitura e gratuitos	2680	----
1908	178	102 particulares; 51 do Estado; 21 da Prefeitura e 4 gratuitos.	3520	----
1909	249	Instalação dos postes de 15m separando fiações.	3991	----
1910		198 Km de linhas telefônicas.	4859	25000
1911	400	657 Km de linhas telefônicas.	6275	32000
1912	500	Novo quadro encomendado para mais 500 conexões.	9020	42000
1915	Em todo o estado de MG: 532 aparelhos, 168 Km de linhas telefônicas.		----	----

Fontes: Anuário Histórico-Chorográfico de Minas Geraes, 1906-18; BARRETO, 1995; BERTHOLD; Relatórios dos Prefeitos ao Conselho Deliberativo, 1900-1912.

Salta aos olhos o caráter lacunar das informações até aqui obtidas. Quando escreveu sua história do telefone e do telégrafo no Brasil para a American

Telegraph & Telephone Company, em 1921, Victor Maximilian Berthold fez questão de comentar sobre esse problema:

Que o Governo de um país, ocupando tal posição de liderança no comércio mundial, tenha aparentemente ignorado a importância de possuir informações estatísticas acuradas e atualizadas sobre um dos seus serviços públicos mais importantes, é lamentável. (BERTHOLD, p. 69 – tradução minha).

Para que haja melhor compreensão quanto à qualidade das informações, é preciso dizer que em praticamente todos os relatórios de prefeitos ao Conselho Deliberativo, que incorporavam os relatórios da 2ª Diretoria de Obras, responsável pelo serviço telefônico, há alguma menção à situação de funcionamento do mesmo. Mas não havia uma padronização quanto às informações a serem apresentadas, nem uma preocupação em sistematizar os dados relativos ao sistema telefônico na nova capital mineira. Assim, no conjunto dos relatórios há a apresentação de dados numéricos quanto ao número de novas instalações e desligamentos; ao tipo de ligação realizada, se particular ou pública; ao número de aparelhos consertados; ao número total de telefones em operação; à quilometragem das linhas telefônicas; à capacidade dos quadros do centro telefônico; e ao funcionamento das linhas telefônicas. Todavia, nenhum dos relatórios apresenta todas essas informações em conjunto. Assim, o quadro acima é a composição de diversas informações obtidas em documentos diferentes: principalmente os relatórios dos prefeitos, mas também os anuários históricos produzidos por Nelson Coelho de Senna para os anos de 1906, 1907, 1909, 1911, 1913 e 1918.<sup>9</sup> As informações relativas ao Rio de Janeiro foram retiradas da obra de história que Victor Maximilian Berthold produziu sob os auspícios da companhia telefônica dos EUA.

A comparação com a capital federal, aliás, coloca em perspectiva o acanhado desenvolvimento do sistema telefônico da nova capital mineira. Dez anos após o início das operações no canteiro de obras da então Cidade de Minas, o total de telefones instalados não chegava a 10% do número de aparelhos em funcionamento no Rio de Janeiro. Ainda que se considere o maior tempo transcorrido desde a implantação do telefone naquela cidade – como visto acima, em 1877 –, a defasagem é enorme. Em favor do Rio de Janeiro pesam diversos fatores, não sendo o menor deles o seu status de capital nacional, grande vitrine das realizações de progresso do Império e da República, talvez o maior “sinal visível de civilização” que o país tinha a oferecer – não obstante todas as contradições, incoerências e incompletudes que compunham aquela cidade. Assim, embora possa ser considerada, sob certos aspectos, injusta, a comparação serve para mostrar a tibieza do sistema telefônico da capital mineira, não obstante os discursos que enfatizavam o progresso e o desenvolvimento técnico.

Até mesmo nesse aspecto o telefone aparece em desvantagem. A leitura da documentação produzida pela prefeitura, e também das peças de orçamento aprovadas pelo Conselho Deliberativo, demonstram que o serviço telefônico sempre esteve em plano secundário, quando comparado aos serviços de fornecimento de energia elétrica e às questões relativas ao abastecimento e

---

<sup>9</sup> Nelson Coelho de Senna graduou-se em direito e atuou como jornalista e professor, de história e da Faculdade de Engenharia. Membro da Academia Mineira de Letras, publicou, além da série de anuários, outras obras de história, entre elas *O Cinquentenário de Belo Horizonte* (MARTINS Fº, 2013, p. 448).

escoamento das águas urbanas. Que o serviço telefônico era visto como inferior ao serviço de eletricidade ficou evidente quando da aprovação da proposta de orçamento para o exercício de 1905, formalizada na Lei nº 15, de 01 de outubro de 1904, a partir da qual as taxas de luz e telefone foram unificadas na previsão de rendas e de despesas *Collecção de Leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte* (De 1900 a 1911: Ns. 1 a 53), p.52). Apenas como exemplo da discrepância entre as rendas obtidas com uma e com outra, a Lei nº 12, de 08 de outubro de 1903, que aprovou o orçamento da capital para o exercício de 1904, previa em seu Art. 1º, parágrafo 8º - taxas do serviço de telefone a renda de 2:000\$000; o parágrafo anterior, referente às taxas do serviço de eletricidade, previa a renda de 60:000\$000 *Collecção de Leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte* (De 1900 a 1911: Ns. 1 a 53), p.39). Assim, é justo concluir que a renda prevista no orçamento para 1905 para as taxas “de luz e telefone”, no valor de 65:000\$000, seria composta majoritariamente pela cobrança do serviço de energia elétrica. Além de demonstrar o caráter minoritário do serviço telefônico na composição de receita da prefeitura municipal, o registro unificado dificulta o trabalho do historiador quanto à expectativa de renda e às despesas específicas do serviço telefônico propriamente dito.

A previsão orçamentária para os dois serviços permaneceu sob a mesa rubrica até que o Prefeito Benjamin Jacob afirmou, no parágrafo 8º do Art.1º de sua proposta de orçamento para o exercício de 1908, que “têm sido incluídas estas taxas no parágrafo acima [taxas de luz elétrica], convindo destaca-las” (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamin Jacob em 23 de setembro de 1907*, p. 85). O mesmo prefeito, todavia, renomeou a 2ª Diretoria de Obras, que passou a se chamar “Diretoria de Eletricidade”, como consta em seu relatório. Embora as previsões de despesa discriminassem os gastos com aquisição de materiais para o serviço telefônico (para 1908, por exemplo, orçadas em 3:000\$000), manteve-se a prática, iniciada em 1905, de não mais listar separadamente os vencimentos da equipe responsável pelos telefones.

Ainda assim, o telefone era apresentado como parte dos “sinais visíveis de civilização”, artefato tecnológico que agilizava a comunicação e facilitava o trabalho. Essa concepção está presente em alguns textos visivelmente imbuídos da proposta de exaltar e louvar o progresso e o desenvolvimento da nova capital de Minas Gerais, como os anuários publicados por Nelson Senna, que consideravam o telefone como um dos “elementos de progresso” da nova cidade:

Imprensa diária, revista de direito, arte e letras, serviço de assistência pública e hospitalar, telégrafo, telefones, teatro, *clubs*, asilos, colégios, sociedades pias e beneficentes, de *sport* (tiro e corridas), institutos leigos e religiosos, templos católicos e protestantes, bibliotecas, hotéis, açougues, policiamento, quartéis, prisões etc., são outros tantos elementos de progresso, que já possui a moderna Capital Mineira. (SENNA, 1909, p. 247)

Em praticamente todas as edições localizadas há alguma menção ao estado do sistema telefônico na capital mineira ou no estado de Minas Gerais. A grande exceção é o anuário de 1913; apesar disso, é o primeiro a incluir no expediente o número telefônico da redação: 111 (SENNA, 1913, 4ª capa).

Apesar desse e de outros discursos que viam o telefone como parte do “conforto moderno” (SENNA, 1918, p. 377)<sup>10</sup>, a depender da leitura de alguns relatórios, poder-se-ia concluir que o telefone era visto, ao menos por alguns administradores, como um estorvo. Em sua proposta de orçamento para o exercício de 1906, o prefeito Francisco Bressane de Azevedo reclama da baixa arrecadação das taxas referentes ao serviço de “luz elétrica e telefones”:

Este ano já se arrecadou a soma de 40:631\$973, faltando arrecadar, mais ou menos, 49:961\$300, o que equivale dizer que o lançamento é de 90:593\$273, sendo o orçamento computado em 65:000\$000. Pelos dados constantes desta exposição, vê-se que a renda deste parágrafo, é que tem tido menos arrecadação. Enquanto que as rendas dos seis parágrafos enumerados atrás [no orçamento], deixam uma porcentagem de 35% dos lançamentos, para serem arrecadados, esta renda não se mostra recolhida à Tesouraria da Prefeitura na metade sequer do lançamento. Mais de 55% estão ainda por ser arrecadados, devido, talvez, a não serem sujeitos a multa os contribuintes em atraso de pagamento dessa taxa, por mais atrasados que estejam, sendo a penalidade regulamentar a desligação da luz e cobrança executiva. Parece evidente a necessidade de se impor multa ao contribuinte de luz e telefone que não observe as prescrições regulamentares relativas ao pagamento dessas taxas. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905, p. 138*)

Alguns anos depois, o prefeito Benjamim Jacob apresentou outra razão para o baixo retorno aos cofres públicos do serviço telefônico: o pequeno valor cobrado aos assinantes pelo uso do sistema, ocasionando prejuízo financeiro à municipalidade, responsável pelo seu funcionamento.

O serviço de telefones traz à Prefeitura um prejuízo médio mensal de 5[9]0\$000, motivado pela taxa extraordinariamente baixa, sem paralelo em parte alguma, de 60\$000 anuais. Realmente, no Rio, onde o serviço não é melhor do que o nosso, são estas as taxas:

1º Perímetro	170\$000
2º Perímetro	240\$000
3º Perímetro	300\$000

O 1º perímetro é limitado pela Praia de Botafogo e rua Haddock Lobo (fim). O segundo vai até S. Francisco Xavier, e o 3º até Engenho de Dentro. S. Paulo tem também 3 taxas dependendo da distância ao Centro Telefônico: são elas 160\$000, 200\$000 e 240\$000. Para equilibrar a despesa torna-se necessário elevar a taxa a 120\$000, o que não será exagerado. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Jacob em 23 de setembro de 1907, p.51*)

O Quadro I revela que, naquele ano, o Rio de Janeiro possuía 2680 aparelhos em funcionamento, contra os 125 assinantes pagos de Belo Horizonte, mas os 27 aparelhos instalados para o serviço da Prefeitura e outros subsidiados por ela. A diferença na arrecadação deveria ser, realmente, volumosa; o baixo número de assinantes, se fossem seguidas as regras do mercado, implicaria numa taxa mais alta na capital mineira que na federal. A comparação com São Paulo apenas agravava a discrepância, pois sugeria que a capital mineira não acompanhava o que havia de mais moderno em gestão e administração de serviços técnicos. Como solução para esse problema, o prefeito apresentou a seguinte consideração:

Reportando-me ao que ficou exposto sobre este serviço, na parte relativa à Diretoria de Eletricidade, proponho-vos que a taxa de telefone seja elevada a 120\$000 por ano, como

---

<sup>10</sup> O texto publicado reproduz a síntese produzida por Nelson Senna, utilizada como introdução ao *Relatório da Secretaria do Interior do Estado* de 1913, e publicada na primeira página do *Jornal do Commercio* da capital federal naquele ano.



era antigamente. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Jacob em 23 de setembro de 1907, p.72*)

Benjamim Jacob referia-se ao valor estabelecido pelo Decreto nº 1211 de 31 de outubro de 1898, que promulgou as Posturas da Cidade de Minas. Em seu artigo 26 ficava estabelecida a taxa de 10\$000 para cada aparelho telefônico (*Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1898, p. 245*). Não foi localizado o documento que alterou esse valor; todavia, a Lei nº 1, de 25 de janeiro de 1900, que aprovou o orçamento da Cidade de Minas para o exercício daquele ano, estabelecia em seu Art. 3º, inciso III: “É elevada a 60\$000 anuais a taxa de serviço telefônico” (*Collecção de Leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte (De 1900 a 1911: Ns. 1 a 53), p.4*). Este valor foi mantido em todas as propostas de orçamento seguintes, até que Benjamim Jacob propôs alterá-lo. Ao justificar sua proposta de orçamento para o exercício de 1908, reforçou o argumento:

Como já tive ocasião de vos ponderar, a taxa desse serviço deve ser elevada a 10\$00 mensais, sob pena de dar grande prejuízo à Prefeitura. Entrando com esta taxa, a renda será de 12:500\$00, digamos 12:000\$000. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Jacob em 23 de setembro de 1907, p. 85*)

No projeto apresentado ao Conselho Deliberativo, o prefeito incluía o “Art.3º. Fica elevada a 10\$000 mensais a taxa do serviço de telefones” (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Jacob em 23 de setembro de 1907, p.89*). No orçamento para o exercício de 1908, aprovado pela Lei nº 25, de 16 de outubro de 1907, foi incorporado o valor proposto pelo prefeito para a renda das taxas do serviço de telefone, de 12:000\$000, que passou a ser registrado em parágrafo próprio, como visto acima. Todavia, o aumento da taxa de serviço telefônico não constou da lei orçamentária (*Collecção de Leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte (De 1900 a 1911: Ns. 1 a 53), p. 58*). Na mesma data foi aprovada a Lei nº 26, específica sobre taxas de serviço, a qual estabeleceu em seu Art. 6º: “continuam em vigor as tabelas de impostos e taxas de serviços estabelecidas nas leis e regulamentos da Prefeitura, salvo as alterações feitas nesta lei”. A taxa de serviço telefônico não é mencionada no texto (*Collecção de Leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte (De 1900 a 1911: Ns. 1 a 53), p. 60*).

Benjamim Jacob voltaria à carga em seu relatório referente ao ano de 1908. Ao comentar o serviço telefônico, além da já citada crítica à permissão para que os assinantes fornecessem os próprios aparelhos para instalação, o prefeito retomou a questão financeira:

O serviço telefônico continua a trazer prejuízos à Prefeitura, devido à pequena taxa estabelecida que, como fiz ver em meu relatório de 1907, não tem igual em parte alguma. Enquanto em Belo Horizonte a taxa anual uniforme é de 60\$000, no Rio a taxa varia de 170\$000 a 300\$000 e em S. Paulo de 160\$000 a 240\$000, conforme as distâncias do Centro. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1908, p. 61*).

Sua preocupação gerou um dos relatórios mais detalhados quanto ao número e ao uso dos telefones instalados na cidade. De acordo com o prefeito, o sistema telefônico da nova capital compreendia 102 telefones particulares, 51 telefones do Estado, 21 telefones da Prefeitura e 4 telefones gratuitos: da Santa Casa, da

residência do Provedor, da estação da Estrada de Ferro Centrale da Companhia Morro Velho de mineração, totalizando 178 telefones. Desses dados, conclui que “a renda anual deste serviço deverá ser, portanto, em 1908, mais ou menos, de 9:180\$000, ou, como já afirmamos no presente relatório, não atingirá a previsão orçamentária, que é de 12:000\$000” (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1908*, p. 78). Ao baixo valor da taxa de serviço acrescentava-se a má arrecadação da mesma: “a dívida ativa de luz e telefones parece-me de muito má liquidação, não assim as demais que mesmo os srs. agentes-fiscais, devidamente instruídos, vão arrecadando paulatinamente” (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1908*, p. 83). Para solucionar o problema, o prefeito retomou a proposta do ano anterior:

Durante o ano corrente, com um orçamento de 12:000\$000, tivemos, no semestre vencido, uma arrecadação de 5:475\$. A minha proposta de 12:000\$000, do ano passado, supunha a elevação da taxa de 5\$000 a 10\$000 mensais. O número de ligações elevou-se um pouco, de sorte que, elevada a taxa a 10\$000 por mês, para não dar o serviço prejuízo à Prefeitura, pode-se tomar para previsão orçamentária do futuro exercício, o algarismo de 12:000\$000. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1908*, p.101).

O Conselho Deliberativo optou pelo caminho inverso: ao invés de aumentar a taxa mensal do serviço telefônico, optou por reduzir pela metade a expectativa de renda do mesmo para o exercício de 1909: 6:000\$000 (*Collecção de Leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte* (De 1900 a 1911: Ns. 1 a 53), p. 64). Além da redução de renda, a despesa com material telefônico passou dos 3:000\$000 orçados nos exercícios de 1908 e 1909 para 5:000\$000 no orçamento do exercício de 1910 (cf. Leis nº 25, de 16 de outubro de 1907, e nº 30, de 07 de outubro de 1908. *Collecção de Leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte* (De 1900 a 1911: Ns. 1 a 53), p. 58, 64).<sup>11</sup> Diante da despesa crescente, o prefeito Olyntho Meirelles buscou uma forma alternativa de tentar diminuir o prejuízo que o sistema telefônico representava, em tempo e dinheiro, para a administração municipal:

A contribuição de mil réis (1\$000) mensais para a conservação e conserto dos telefones, além de ser uma quantia insignificante, simplificará sobremodo a escrituração e arrecadação desse serviço executado pelos empregados da Prefeitura. // Tal consertado requerido ou pedido verbalmente pelo assinante custa-lhe sempre quantia inferior a três mil réis (3\$000); esta, para ser arrecadada, passa, antes, por diversos informes prévios e, quando o empregado vai cobrá-la, não raro, o proprietário do aparelho está ausente, sendo necessário ir a sua casa, uma e mais vezes, para receber quantia tão pequena. (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo com o projeto de orçamento para 1911 pelo prefeito Dr. Olyntho Meirelles em novembro de 1910*, p. 5)

Esta estratégia, embora não resolvesse completamente a questão, foi bem-sucedida. A Lei nº 45, de 22 de novembro de 1910, que aprovou o orçamento da capital para o exercício de 1911 previa em seu Art. 5º: “para conservação e conserto de aparelhos telefônicos a cargo da Prefeitura, cobrar-se-á mais um mil

---

<sup>11</sup> Em 1910, a despesa com “Materiais para o serviço telefônico” chegou à cifra de 38:377\$525, para uma verba orçada em 30:000\$000 13:500\$000 e uma arrecadação de 12:921\$000 (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles*. Em 16 de setembro de 1911. p. 62, 67)

réis de cada assinante no ato do pagamento da taxa mensal” (*Collecção de Leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte* (De 1900 a 1911: Ns. 1 a 53), p. 83).

Esta discussão sobre a tarifa do serviço telefônico revela dois aspectos importantes do funcionamento do telefone na capital mineira. O primeiro, e mais óbvio, é o constante descompasso entre a renda propiciada à administração municipal e as despesas decorrentes da manutenção e gestão do sistema telefônico, certamente um dos elementos a explicar a baixa prioridade dada ao sistema telefônico, quando comparado com os serviços de eletricidade e águas e esgotos, para ficar dentro das atribuições da mesma diretoria, materializada nas diferenças orçamentárias e, mesmo, no número de páginas destinadas a cada item nos relatórios dos prefeitos.

O segundo aspecto remete à questão do baixo número de assinantes do sistema telefônico de Belo Horizonte. Nos Estados Unidos, o alto preço do serviço telefônico é considerado um dos elementos que dificultou uma maior expansão do sistema pelo país. Claude Fischer informa que em 1888 o serviço telefônico custava, em Los Angeles, cerca de 10% do salário médio de um empregado urbano. Em Boston as taxas eram cerca de 30% mais caras. Somente quando as patentes estavam para expirar a Bell Telephone começou a abaixar os preços, os quais, mesmo assim, ainda faziam do telefone um serviço caro (FISCHER, p. 38-40). A confiar nas informações do prefeito Benjamim Jacob, as taxas no Rio de Janeiro e em São Paulo eram, no mínimo, quase três vezes mais altas que na capital mineira, de 6\$000 mensais.<sup>12</sup> Logo, entre os motivos que poderiam ser propostos para o baixo número de assinantes na capital mineira, o preço do serviço não parece ser um argumento sustentado pela argumentação.

O número de assinantes parece ser, ao mesmo tempo, causa e consequência do fraco desenvolvimento do sistema telefônico da nova capital. Como já foi afirmado, o telefone foi pensado originalmente como uma ferramenta para a otimização dos trabalhos da Comissão Construtora e, posteriormente, da administração municipal, que chamou a si a implantação, manutenção e gestão do sistema, descartando que se repetisse na nova capital o modelo vigente em Ouro Preto. A expansão do sistema a assinantes particulares ocorreu apenas como reação à demanda dos primeiros habitantes da nova cidade, e talvez não seja descabido dizer que, embora a administração municipal tenha se empenhado em manter o sistema funcionando nas melhores condições possíveis, não o incluía entre suas prioridades.

Certamente, os já citados problemas técnico-operacionais não contribuía para a expansão de uma tecnologia que, mesmo nos Estados Unidos, precisou de grandes esforços empresariais para convencer as pessoas de que aquele “brinquedo era uma ferramenta útil” e onde, “por décadas, a maioria dos homens do telefone – particularmente aqueles no marketing – acreditavam que para vender seu produto eles precisavam achar, ou criar, usos para ele” (FISCHER, p. 65 – tradução minha).

---

<sup>12</sup> Para efeito de comparação, em 1907 menor nível de consumo estabelecido na tabela do serviço de energia elétrica (30 velas ou 12,6 KW-hora) era taxado em 8\$400 por mês (*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Jacob em 23 de setembro de 1907*, p.71).

Um rápido levantamento nos periódicos publicados na capital durante suas primeiras décadas parece reforçar a impressão de que o telefone permaneceu não se configurou, para os habitantes da nova capital mineira, em um artefato necessário. Numa coluna intitulada “Indicadores de Bello Horizonte”, publicada pelo jornal *Actualidade* no primeiro dia de 1906, há uma lista de figuras ligadas à administração pública e a serviços típicos de uma cidade construída sob a égide da burocracia estatal. Dela constam 2 Secretários, 13 Desembargadores, 1 Procurador Geral, 1 Juiz de Direito, 1 Juiz Substituto, 1 Promotor Público, 1 Subprocurador, 1 Chefe de Polícia; 22 advogados, 8 médicos e 5 Procuradores. Todos listados com seus endereços de contato; nenhum deles tem um número de telefone associado (*Actualidade*, 01.jan.1906). Ainda em 1913, o periódico mensal *Aeroplano*, de propriedade da Pharmacia e Drogaria Neves, listou 36 médicos e 17 dentistas da cidade, todos com seus respectivos endereços; nenhum deles tem um número de telefone associado. Todavia, nesse mesmo exemplar alguns outros negócios variados já apresentam, em seu anúncio, um número de telefone comercial, como a Colchoaria Rezende, telefone 258; o Empório Americano, telefone 309; a Marcenaria Moderna, telefone 356; e o guarda-livros José de Abreu, telefone 673. Dos 19 anúncios publicados nessa edição, 10 apresentam números de telefone. A Casa Alcina de flores artificiais e a sucursal local da carioca Minerva – Cia. de seguros marítimos e terrestres compartilham o mesmo endereço e número telefônico, 84; em contrapartida, a casa de comércio diversificado Lunardi & Machado, que vendia ferragens, espelhos, artigos para fotografia possuía um telefone em seu estabelecimento e escritório, número 185, e outro em sua fábrica de ladrilhos “movidada a eletricidade”, número 359 (*Aeroplano*, jun.1913). A própria farmácia Neves, em edição posterior, incluiu seu telefone, número 443, no expediente do periódico – mas não no anúncio de meia folha publicado na última página do mesmo (*Aeroplano*, set.1913).

Também em 1913, outro periódico aponta para uma mudança no uso do telefone. Na coluna intitulada “Indicador d’A Capital” o periódico de mesmo nome lista 6 médicos, 5 dos quais listam um número telefônico junto ao seu endereço; 5 farmácias, três com telefone; os demais serviços listados (2 alfaiatarias e 1 bar) não apresentam número associado (*A Capital*, 05.mai.1913). Em outra edição, a lista dos indicadores é ainda maior, resultando no quadro abaixo, exemplar do tipo de serviço que se julgava pertinente publicar na imprensa local, e da inserção do telefone nesse ambiente:

QUADRO 2 – Atividades profissionais na capital: uso do telefone

Atividade profissional	Quantidade total	Telefone listado
Advogados	8	3
Médicos	7	3
Farmácias e Drogarias	6	5
Procuratórios	4	2
Salões de Barbeiros	4	0
Cirurgiões dentistas	3	0
Joalherias e Relojoarias	3	1
Casas de Fazendas	2	1
Charutarias e Cigarros	2	1

Tipografias	2	0
Armazéns de Molhados	1	1
Casas de Modas	1	0
Chapéus	1	0
Colchoaria e Móveis	1	1
Confeitarias	1	0
Eletricista	1	0
Fábrica Calçados	1	0
Pensão	1	0

Fonte: *A Capital*, 21 de julho de 1913. Coleção Linhares Digital – UFMG

A utilização da presença do número telefônico em anúncios comerciais e de serviço é uma das formas de “documentar a obtenção do caráter ordinário”, isto é, a transformação do telefone em um objeto cotidiano, comum ao ponto de se tornar parte indispensável da vida moderna (FISCHER, p. 175 – tradução minha). Ainda que sirva apenas como exemplo, desprovido de caráter conclusivo, o Quadro 2 contém algumas informações interessantes. Se considerarmos os 10 anúncios do *Aeroplano* e as 9 categorias de comércio e serviços do *A Capital*, o telefone está presente em metade dos conjuntos. Qualitativamente, percebem-se algumas categorias comuns em ambos os jornais, como armazéns de secos e molhados, lojas de roupas e de mobília. Destacam-se, na listagem feita pelo jornal *A Capital*, as farmácias e drogarias, quase todas utilizando-se de dois artefatos fortemente identificados com a modernidade – a imprensa e o telefone – para vender produtos, que também representam o progresso e a cientificidade a ela associados. O maior número de profissionais listados é de advogados e médicos, o que não chega a surpreender: são duas atividades fortemente marcadas pela associação ao poder e ao prestígio social. Belo Horizonte, sendo a capital do estado, é espaço para a atuação política e profissional desses “doutores”. Em ambos os casos, o uso do telefone é adotado por pouco menos da metade dos profissionais, talvez ainda não afeitos à nova tecnologia, ou para quem as facilidades de comunicação ainda não houvessem se tornado necessárias. Nota interessante é que, entre os advogados que tiveram seu telefone listado junto ao seu endereço, encontrava-se Affonso Penna Junior, detentor do telefone número 1.

Independente do seu valor quantitativo, o levantamento acima apresentado já sinaliza um avanço no uso social do telefone, ainda que tardio em relação a outras localidades. A limitada pesquisa realizada até o momento sugere uma baixíssima presença do telefone em anúncios do comércio e serviços nos periódicos da nova capital mineira antes de 1913. A mudança que ocorre nesse período pode estar ligada à alteração pela qual passou o serviço telefônico da capital.

Depois de várias tentativas de equilibrar a receita gerada e a despesa exigida pelo sistema telefônico da capital, a administração municipal adotou o modelo mais comum que vigorava em Minas Gerais e no Brasil: a concessão do serviço a empresas comerciais particulares. Em seu relatório ao Conselho Deliberativo, o prefeito justificou a mudança de postura do governo municipal:

A Prefeitura explorava diretamente os serviços de iluminação elétrica pública e particular, de telefones e de distribuição de força motriz às indústrias, utilizando-se para isso das instalações de Freitas e de Rio de Pedras, feitas pelo governo do Estado e por ela. A execução desses serviços pelos governos estaduais e municipal, justificava-se por se tratar de uma cidade novíssima, onde não havia ainda campo para o emprego de capitais estranhos. Hoje, porém, graças ao seu extraordinário desenvolvimento, Belo Horizonte é outra e seus serviços elétricos perderam a feição acanhada dantes e exigiam maior amplitude e completo remodelamento para ficarem na altura de bem servir à cidade. Esta foi uma das principais razões da atual administração ter promovido e realizado o arrendamento, cujo contrato foi publicado no “Minas Gerais”. De 21 de março para cá, os serviços elétricos atravessam uma fase de reorganização tanto no seu material fixo e rodante como nos seus processos administrativos; e será necessário algum tempo ainda para que se normalizem, pois são grandes as reformas no material, previstas e exigidas pelo contrato de 21 de março do corrente ano. (*Relatório apresentado aos Membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles*. Em setembro de 1912. p. 41)

E, mais à frente, oferecia um quadro otimista do desenvolvimento futuro do sistema telefônico na capital de Minas Gerais:

O serviço telefônico, precário até pouco tempo, vai, como os demais, se desenvolvendo extraordinariamente. Atualmente tem 500 assinaturas, todas tomadas, havendo já requisição para grande número. A Empresa já providenciou, encomendando outro quadro para 500 linhas. Com a regularização dos atuais motores e com a montagem da 3ª unidade do Rio das Pedras, e reparos da Usina de Freitas, o quadro de distribuição de energia elétrica estará provido para atender às necessidades crescentes de Belo Horizonte. A grande cópia do material encomendado pela Diretoria de Eletricidade antes da assinatura do contrato e que, por disposição do mesmo, deve ser entregue à Empresa, vai se fazendo à medida que vai chegando aqui. (*Relatório apresentado aos Membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles*. Em setembro de 1912. p. 42)

A disputa pela concessão mobilizou grandes interesses. Segundo Octavio Penna, em 27 de dezembro de 1911 a Prefeitura recebeu “propostas de Guinle & Cia., Light and Power, Augusto F. Ramos & Gabriel Chouffour, Vivaldi & Cia., Sampaio Corrêa & Cia para arrendamento ou cessão dos serviços de luz, bondes e telefones da Capital”. Em 10 de fevereiro de 1912 foi anunciado o resultado do processo, sendo aceita a proposta da empresa Sampaio Corrêa & Cia, com a qual foi assinado o contrato acima citado, em 21 de março de 1912 (PENNA, 1997, p. 125-128). Todavia, um pequeno detalhe sugere que o telefone permaneceria, ainda sob a nova arrendatária, em segundo plano. A empresa formada para gerenciar os serviços arrendados passou a se chamar “Empresa de Eletricidade e Viação Urbana de Minas Gerais” (BARRETO, 1950, p. 194); sem menção ao serviço telefônico, portanto.

#### **IV. Conclusão: fios a perseguir**

Este trabalho marca o início de uma nova pesquisa, que visa compreender o uso social dos artefatos tecnológicos pela sociedade mineira no início do século XX. A preocupação, como dito, é perceber como se deu a recepção e utilização dessas tecnologias desenvolvidas em outros lugares e culturas, e qual o significado que tais objetos adquiriram em Minas Gerais. Neste caso específico, o objeto analisado é o telefone, e o processo de sua implantação e funcionamento nas primeiras décadas da nova capital do estado. Incipiente, a pesquisa permite

delinear algumas conclusões, porém, antes de mais nada, suscita questões e revela fios a esticar, visando estabelecer possíveis conexões.

O telefone em Belo Horizonte, então Cidade de Minas, foi implantado por uma administração que detinha amplos poderes sobre o ambiente urbano que se constituía por ato e força de decisões políticas. Assim, contrariando uma tendência nacional, o Estado chamou a si a gestão do sistema, o que por si só já aponta para características específicas do telefone na capital mineira. É plausível pensar, neste momento, que o serviço a assinantes particulares não fosse uma prioridade da administração municipal, ainda que tenha buscado desempenhar suas funções com responsabilidade. Há que se aprofundar na análise das questões orçamentárias, bem como na busca por outros documentos que apontem para o lugar do serviço telefônico dentro do conjunto da burocracia estatal. Também é preciso aprofundar a compreensão de como essa característica afetou a expansão do sistema. Houve um apelo maior à instalação de telefones nas residências? A quem pertenciam, por exemplo, os 102 telefones particulares listados pelo prefeito em 1908? Qual o perfil da expansão ocorrida entre nos quatro anos até 1912, quando o número de assinantes mais do que dobrou?

Certamente, a pesquisa precisará ampliar o recorte histórico para além do período de administração do sistema pela municipalidade. Isto demandará a busca em novos acervos documentais, buscando vestígios da atuação da empresa concessionária em Belo Horizonte.

Uma possibilidade de melhor entender o lugar social do telefone na cidade que ainda se construía é a imprensa. Uma análise mais completa dos acervos de periódicos disponíveis na Coleção Linhares Digital da UFMG e na Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa permitirá um levantamento da presença dos telefones em anúncios comerciais e de serviços, bem como a localização de notícias e textos que abordem esse artefato e apontem para seu uso pela comunidade belorizontina.

Outra possibilidade, ainda que complexa, é a ampliação da base documental para incluir artefatos e objetos do período, caso existam. Neste sentido, o fechamento do Museu do Telefone, até recentemente mantido pela Empresa de Telefonia Oi, é uma constrangedora limitação. Por outro lado, o contato com profissionais das áreas de eletrônica e eletrotécnica no CEFET-MG será de grande valia para a compreensão dos elementos técnicos implicados numa pesquisa deste tipo.

Muitas são as possibilidades, muitos os desafios. Escondido no silêncio das coisas banais, é hora de fazer o telefone falar.

## **Fontes documentais**

### **1. Relatórios de Prefeitos ao Conselho Deliberativo, 1899-1912**

*Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas.* Apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo Prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. Cidade de Minas, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1900.

*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro.* 12 de setembro de 1899 – 31 de agosto de 1902. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1902.

*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Belo Horizonte pelo Prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 16 de setembro de 1903.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1903.

*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Belo Horizonte pelo Prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1905.

*Relatório apresentado aos Srs. Membros do Conselho Deliberativo pelo Prefeito Interino Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1905.

*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Belo Horizonte pelo Prefeito Interino Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.* Em setembro de 1906. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1906.

*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamin Jacob em 23 de setembro de 1907.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1907.

*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamin Jacob em 16 de setembro de 1908.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1908.

*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamin Brandão.* Em janeiro de 1910, sobre assumptos referentes ao ano decorrido de agosto de 1908 a setembro de 1909. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1910.

*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo com o projeto de orçamento para 1911 pelo prefeito Dr. Olyntho Meirelles em novembro de 1910.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1910.

*Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles.* Em 16 de setembro de 1911. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911.

*Relatório apresentado aos Membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles.* Em setembro de 1912. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912.

## **2. Coleção de Leis do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, 1900-1914**

*Collecção de Leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte (De 1900 a 1911: Ns. 1 a 53).* Portaria n. 60. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1922.

*Collecção de Leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte (De fevereiro a dezembro de 1912: ns. 54 as 62).* Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1912.

*Collecção de Leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte (De n. 63 a 72 de 1913).* Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1913.

PREFEITURA DE BELLO HORIZONTE. *Leis.* De N<sup>os</sup> 73 a 85. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1926.

## **3. Outros documentos**

*A Capital.* 1913. Acervo Coleção Linhares Digital - UFMG. Disponível em <http://linhares.eci.ufmg.br/index.php?status=3>.

Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas. Disponível em <http://comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>.

*Actualidade.* 1906. Acervo Coleção Linhares Digital - UFMG. Disponível em <http://linhares.eci.ufmg.br/index.php?status=3>.

*Aeroplano.* 1913. Acervo Coleção Linhares Digital - UFMG. Disponível em <http://linhares.eci.ufmg.br/index.php?status=3>.



*Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1898*. Cidade de Minas, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1899. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1899*. Cidade de Minas, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1900.

Faturas de compras de aparelhos e acessórios para telefonia. Rio de Janeiro, de 18/03/1896 a 30/03/1897. Notação AI.01.02.02 – 139. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. [Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas]

*O Pharol*. 1883. Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Juiz de Fora, MG.

Pasta 54(B) – Telefone. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

SENNA, Nelson Coelho de. *Anuario Historico-Chorographico de Minas Geraes*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1906, 1907, 1909, 1911, 1913, 1918.

### Referência Bibliográfica

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva – História Média*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/ Prefeitura de Belo Horizonte, 1995.

BARRETO, Abílio. *Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1950.

BASILE, Salvatore. *Cool: how air conditioning changed everything*. New York, Fordham University Press, 2014.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

BERTHOLD, Victor Maximilian. *History of the telephone and telegraph in Brazil, 1851-1921*. American Telephone and Telegraph Company, New York, 1922. Reprints from the collection of the University of Michigan.

CASSON, Herbert N. *The History of the Telephone*. New York, Cosimo Classics, 2006. [Original 1910]

CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo, Cosac Naify, 2004.

COLTON, F. Barrows. *The miracle of talking by telephone*. Reprinted from The National Geographic Magazine, October 1937 (Reprinted by permission for Bell Telephone subscribers by the American Telephone & Telegraph Company).

DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *Belo Horizonte: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

FISCHER, Claude S. *America Calling: a social history of the telephone to 1940*. Berkeley, University of California Press, 1992.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. *Tão longe, tão perto: as telecomunicações e a sociedade*. São Paulo, FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado, 2010.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-Fantasma. A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. ver. e amp. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

[https://en.wikipedia.org/wiki/Drop\\_%28telecommunication%29](https://en.wikipedia.org/wiki/Drop_%28telecommunication%29)

<https://research.archives.gov/id/302052>

<https://www.congress.gov/bill/107th-congress/house-resolution/269/text>

- JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana (Org.). *Belo Horizonte: horizontes históricos*. Belo Horizonte, C/Arte Editora, 1996, p.49-118.
- KIRBY, Lynne. *Parallel Tracks: the railroad and silent cinema*. Durham, Duke University Press, 1997.
- MARVIN, Carolyn. *When Old Technologies were New: thinking about electric communication in the late Nineteenth Century*. Oxford, Oxford University Press, 1988.
- MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas*. Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.
- NYE, David E. *Electrifying America: social meanings of a new technology, 1880-1940*. Cambridge, MIT Press, 1990.
- PENNA, Octavio. *Notas Cronológicas de Belo Horizonte*. Introdução: Berenice Martins Guimarães. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1997.
- RAZAC, Olivier. *Barbed Wire. A Political History*. New York, The New Press, 2000.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o Progresso como Missão*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1997.
- SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *The disenchanting night: the industrialization of light in the nineteenth century*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1995.
- SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *The Railway Journey: the industrialization of Time and Space in the 19<sup>th</sup> Century*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1986.
- SMIL, Vaclav. *Creating the Twentieth Century: Technical innovations of 1867-1914 and their lasting impact*. Oxford, Oxford University Press, 2005.
- VARIA Historia. Belo Horizonte – Cem anos em cem. Revista do Departamento de História / FAFICH / UFMG. Belo Horizonte, n. 18, novembro 1997.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras. 1664-1897*. 2 vols. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1998.